

## Espaço Público e Desenvolvimento: a Encruzilhada da Cidadania

**Darcísio Corrêa<sup>1</sup>**  
**Fernanda Serrer<sup>2</sup>**

### Resumo

---

O artigo propõe-se confrontar as teses desenvolvimentistas com os novos desafios de uma cidadania engajada, tendo como referência ético-política a preocupação com a fragilização da condição humana, aviltada em sua dignidade pelas implicações sociais e ambientais derivadas de uma desenfreada acumulação globalizada do capital, em detrimento de processos inclusivos de desenvolvimento. Sem pretensão de conclusões taxativas, busca-se vislumbrar algumas alternativas para a construção de espaços públicos necessários para uma vivência humana digna, drasticamente abalada pelo processo, hoje hegemônico, de globalização neoliberal.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento. Cidadania. Espaço público. Modernização. Globalização.

### Abstract

---

The paper intends to confront the “developmentists” approaches with the new challenges of an engaged citizenship, having as a ethical-politic reference the concern with the fragilization of the human condition, diminished in its dignity for the social implications and you set derived of a wild globalized accumulation of the capital, in detriment of inclusive processes of development. Without pretense of finals conclusions, the paper look for to shimmer some alternatives for the construction of necessary public spaces for a deigns human existence, drastically affected by the process, today hegemonic, of neoliberal globalization.

**Keywords:** Development. Citizenship. Public space. Modernization. Globalization.

---

<sup>1</sup> Doutor, professor do Departamento de Estudos Jurídicos e do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento da Unijui (dcorrea@unijui.tche.br).

<sup>2</sup> Mestre, professora do Departamento de Estudos Jurídicos da Unijui.

## Introdução

No presente artigo busca-se analisar a questão do desenvolvimento sob o prisma da cidadania, tendo como referente analítico central a categoria *espaço público*. Questionam-se inicialmente as abordagens clássicas do desenvolvimento. Nesse sentido são expostas implicações sociais e ambientais preocupantes com relação ao modelo clássico, o qual, num esforço de uniformização excludente do processo de industrialização imposto aos países considerados periféricos, reproduz ideologicamente a dependência e a subordinação dos países menos desenvolvidos em nome do progresso econômico já alcançado pelos países centrais com base num sofisticado processo científico-tecnológico.

São abordadas, num segundo momento, como contraponto ao modelo clássico, as análises realizadas no Terceiro Mundo pela Cepal e a posterior formulação da Teoria da Dependência, questionando-se os altos custos socioambientais que recaem sobre os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, levando em conta as especificidades históricas de cada formação social.

Pretende-se, por fim, desnudadas as deficiências e a insustentabilidade do processo de globalização neoliberal, apontar possíveis rumos de novos caminhos para o desenvolvimento, tendo como suporte ético-político a construção e a ampliação do espaço público, percebido como lugar de vivência livre, digna e cidadã, no qual as condições fundamentais da vida sejam estendidas a todos. A operacionalização de novos espaços públicos de cidadania é vista como referência obrigatória para a sinalização de um horizonte voltado a formas alternativas de desenvolvimento.

## **Problematização do modelo clássico de desenvolvimento: insuficiências sociais e ambientais da aplicação da teoria da modernização**

O modelo clássico de desenvolvimento, que se materializa a partir das Revoluções Industriais dos séculos XVII e XVIII na Europa e nos EUA, está ligado à idéia da modernização, via industrialização, tendo suas raízes filosóficas e sociais nas transformações trazidas pelo Renascimento e pelo Iluminismo. O Renascimento marcou a transformação do pensamento medieval em direção ao pensamento moderno, bem como a passagem do fundamento social transpositivo para o imanente. O homem passa a ser a referência central da organização sociopolítica moderna, apostando-se na razão, mais do que na fé, para implementar as grandes promessas humanísticas da modernidade.

O desenvolvimento, nesse sentido, passa a ser entendido como espaço de ação humana, arrimado no avanço das ciências não-metafísicas. Configura-se uma concepção jurídica do mundo, acompanhada de uma percepção científica da realidade. No bojo dessa percepção racional-científica elaborada pelo Iluminismo instaura-se uma concepção econômica de caráter naturalista – as leis naturais do mercado – paradoxalmente contraposta às funções confiadas ao Estado-nação moderno, ou seja, de construir política e juridicamente as solidariedades coletivas fundadas na constitucionalização dos direitos do homem. Nos moldes do emergente liberalismo, uma economia supostamente regida por leis naturais, formalmente separada de um Estado afirmado como não-interventor, reduzido, portanto, a mero agente de segurança do sistema: Estado-fiscal ou Estado-gendarme.

Trata-se do contraditório enlace entre o discurso contratualista em favor de um Estado-solução para os problemas sociais e a teoria clássica de economistas como Adam Smith, concebendo o sistema econômico como autônomo e capaz de se dinamizar internamente. Para estes últi-

mos o desenvolvimento seria fundamentalmente o resultado de uma interação dinâmica entre a divisão do trabalho, a acumulação de capitais e as inovações tecnológicas, fatores estruturais que, segundo o seu pensamento, “se deixados atuar livremente, no jogo espontâneo do *laissez-faire* [...] tendem a propiciar e a produzir o desenvolvimento” (Ianni, 1971, p. 88).

Para essa leitura fundamentalista o desenvolvimento econômico é produto da atuação exclusiva das forças produtivas, sendo que outros fatores do sistema social, como as instituições, a cultura, o poder político e as classes sociais estão em mera posição de dependência em relação àqueles componentes estruturais hegemônicos (p. 90). É a versão liberal do desenvolvimento, que se manifestou nos países que lideraram a Revolução Industrial, atribuindo ao livre e pleno funcionamento do mercado, sem ingerência do Estado, a busca da prosperidade e o fundamento do desenvolvimento das sociedades modernas.

Esse singular modelo de desenvolvimento denominado capitalismo industrial destaca-se, como afirmam Falcon e Moura, como um processo auto-sustentado que desponta no panorama mundial, constituindo de um lado algumas poucas áreas que tendem a funcionar como pólos de desenvolvimento e, de outro, “áreas, numerosas, periféricas, coloniais ou não, que se situam em relação às primeiras numa situação de crescente dependência. Tais áreas coloniais subordinam-se às primeiras de tal modo que, ao longo do processo de expansão capitalista, elas irão assumir mais e mais o papel de regiões subdesenvolvidas” (1981, p. 31).

Por outro lado, o capitalismo industrial enquanto representante deste modelo de desenvolvimento alicerçado na grande indústria, ao incorporar avanços tecnológicos e reduzir o emprego de matéria-prima e de mão-de-obra em razão da introdução na produção da maquinaria e da modernização dos meios de transporte, contribuiu para uma crescente acumulação de capitais com a concentração da produção em empresas

cada vez maiores, as quais, reunidas, passaram a formar grandes monopólios industriais. Trata-se da fase imperialista do capitalismo moderno. Lênin assim se expressa a respeito:

O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos: arrasta, por assim dizer, os capitalistas, contra a sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada (1986, p. 594).

Para o autor, essa fase do capitalismo já não representa a presença da luta da concorrência entre pequenas e grandes empresas, ou entre estabelecimentos atrasados tecnicamente e outros avançados, mas o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos os que não se submetem ao jugo do monopólio, ficando à margem do processo de produção capitalista. O ciclo completa-se com o novo papel assumido pelo sistema financeiro, que passa a dispor em seus domínios da quase totalidade do capital pertencente ao conjunto dos capitalistas. A maior parte do capital industrial passa, assim, às mãos do sistema financeiro, o qual, em contrapartida, vê-se obrigado a fixar cada vez mais os seus capitais na indústria, originando-se dessa permuta um tipo de capital sob forma de dinheiro.

Caracterizado pela imaterialidade, o capital financeiro multiplica-se sem necessidade de gerar um produto concreto, como o derivado do capital empregado na indústria de bens manufaturados, propiciando a ascensão de uma oligarquia financeira situada em alguns poucos Estados, ou mesmo desterritorializada, como vem acontecendo atualmente graças ao processo mundial de globalização. Há, nesse sentido, uma nova maneira para fazer riqueza, surgida nas últimas décadas do século XX e que avança por todos os países do mundo. Segundo Adriano Sella,

uma riqueza feita não mais através da produção, mas do investimento do dinheiro. [...] Isto é, o processo de fazer riquezas se desliga da produção e se instala no campo financeiro, que é dominado pelo dinheiro. Conseguem-se produzir riqueza sem ter uma fábrica e sem fazer produtos, porque o mesmo dinheiro produz mais riqueza, ou seja, a materialização do lucro acontece atualmente através do império do dinheiro. Por isso, os lugares de produção da riqueza são, hoje, sobretudo as bolsas financeiras de São Paulo, Nova Iorque, Londres, Paris, Milão, Frankfurt, etc, onde acontece a grande maioria dos investimentos do dinheiro e das aplicações das ações financeiras (2002, p. 41-42).

Nessa nova economia transnacionalizada, porque baseada na circulação de dinheiro e não na compra e venda de bens e serviços, investe-se cada vez mais no capitalismo financeiro nacional e internacional em nome da segurança e da tranqüilidade que o capital volátil garante (p. 44). Tal financeirização da economia atinge drasticamente o mundo do trabalho, precarizando e elitizando cada vez mais as relações de emprego.

Os grandes conglomerados espalhados pelo mundo, basicamente de origem americana, alemã ou japonesa, são estranhamente vistos como a personificação da prosperidade e da modernidade. Os países em geral, pobres e ricos, esmeram-se em atrair os investimentos e a tecnologia das empresas monopolistas transnacionais, na esperança de incrementarem as vantagens comparativas de suas economias, conquistando mercados e concretizando o sonho do desenvolvimento.

A ilação falaciosa daí decorrente encontra-se na crença, por parte dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, de que, ao instituírem gradativa e continuamente os referidos estágios do capitalismo, assim como o fizeram as sociedades capitalistas avançadas, tornar-se-ão, a exemplo destas, também desenvolvidos. Em outros termos, é na aceitação incontestável da tendência evolucionista da modernização que o modelo de desenvolvimento clássico vem se difundindo pelo mundo, em especial nos países periféricos.

As teorias da modernização passam, assim, a constituir a expressão ideológica dos interesses da elite ocidental capitalista. Stiglitz aponta outra manifestação do evolucionismo presente na teoria da modernização: a crença na economia de “cascata” ou “modelo econômico de derrame”. Exemplificando, para a política do Consenso de Washington, “a melhor maneira de ajudar os pobres é fazendo com que a economia cresça” (2002, p. 113), passando a ilusão de que os benefícios deste crescimento acabarão por alcançá-los.

Rivero (2002, p. 126) lembra que um dos grandes propulsores modernos dessa teoria do desenvolvimento, também conhecida como mito do desenvolvimento em razão de seu ônus social e ambiental, foi Walter Rostow (1971). Este teórico fascinou estudiosos da economia apresentando um trabalho sobre as etapas do crescimento econômico, no qual afirmava que todos os países, partindo de um estágio inicial, denominado sociedade tradicional, passam por fases de acumulação de capital e deslancham, até atingirem a etapa final de consumo em massa, considerada de desenvolvimento pleno. Não haveria, nessa lógica, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas apenas diferentes estágios de desenvolvimento.

Vale destacar que nos estudos de Rostow o meio ambiente não é levado em consideração, pois representa, tão-somente, a matéria-prima que, consumida, impulsiona a caminhada em direção ao progresso. Foi dessa fórmula desenvolvimentista que surgiu, na década de 60 do século passado, a expressão “países em via de desenvolvimento”.

Com base na América Latina, ressalte-se que, embora seja verdade que os índices de pobreza não podem ser reduzidos sem crescimento econômico, o inverso não é necessariamente verdadeiro. O crescimento econômico nem sempre beneficia a todos; ao contrário, se mal-empregado, tende a agravar as desigualdades sociais. Embora os dados estatísticos dos últimos trinta anos desmintam as premissas desenvolvimentistas, a política fundamentalista do FMI – Fundo Monetário Internacional –,

instituição de crédito voltada à concessão de empréstimo às nações endividadas externamente, continua alimentando, a partir de Washington, tais expectativas.

Em termos de macroeconomia o FMI adota estratégias unilaterais de pressão, interferindo inclusive nas tomadas de decisões legislativas dos países devedores, desrespeitando as já fragilizadas economias nacionais. Na maior parte das vezes o FMI parece confundir os meios com os fins, praticando uma política socialmente desinteressada. Nas palavras de Stiglitz, a falta de um conhecimento mais detalhado a respeito das questões macroeconômicas de cada país é de importância reduzida para o Fundo, porque ele

se inclina para a adoção da abordagem padronizada [...]. A instituição, na verdade, não tem a pretensão de ser uma especialista em desenvolvimento – sua obrigação original é apoiar a estabilidade econômica global, não reduzir a pobreza dos países em desenvolvimento – contudo ela não hesita em interferir acintosamente em questões relativas ao desenvolvimento (2002, p. 63).

Diante do descaso de instituições internacionais como o FMI, os problemas da falta de um projeto de desenvolvimento vinculado às necessidades socioeconômicas de países carentes só tende a se agravar. Com efeito, a maioria dos Estados nascidos no século XIX, como os latino-americanos, e quase todos os novos Estados surgidos no século XX, como os asiáticos e africanos, representam, depois de mais de um século, projetos nacionais incompletos, que não se desenvolveram e que nas atuais condições sociopolíticas e culturais dificilmente conseguirão repetir as experiências progressistas de ex-colônias britânicas como os EUA, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia.

As flagrantes desigualdades sociais de significativas parcelas da humanidade, como as populações latino-americanas, africanas e asiáticas, atestam a dura lição de que o pensamento econômico ortodoxo

encampado pela teoria da modernização não passa de um mito ou de uma falácia (Kliksberg, 2001, p. 22). Com isso não se está afirmando que o crescimento econômico não é importante, mas que é extremamente perigoso simplificar o tema do desenvolvimento, reduzindo-o a sua dimensão econômica.

Segundo este autor, os teóricos do Banco Mundial, em estudo sobre *A qualidade do crescimento*, publicado em 2000, destacam que a experiência dos países em desenvolvimento e também dos industrializados mostra que “não é meramente mais crescimento, e sim um melhor crescimento o que determina em que medida aumenta o bem-estar, e o bem-estar de quem” (p. 23). E Silva complementa: “os bons indicadores econômicos necessariamente não significam bons indicadores sociais” (1999, p. 275).

Essa constatação de destacados teóricos leva à necessidade de se perseguirem alternativas emancipatórias nas quais o desenvolvimento “passe a significar mais qualidade de vida, maior partilha do bolo de bens e riquezas, que os agentes privilegiados do sistema de mercado se negam a socializar, ao invés de uma acumulação de capital predominantemente privatista, conquistada à custa da descartabilidade do ser humano” (Corrêa, 2003, p. 53). Poder-se-ia acrescentar que esse modelo depredador dos sistemas naturais trabalha igualmente com a descartabilidade dos próprios recursos da natureza, a manifestar-se “nos processos de modernização da agricultura, de urbanização, de apropriação intensiva do estoque de recursos naturais e de utilização de fontes não-renováveis de energia” (Guimarães, 1998, p. 16).

Estatisticamente esse modelo de desenvolvimento, baseado na produção e na exploração intensiva dos recursos naturais, representa, segundo dados colhidos pela Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento, o consumo de 75% da energia elétrica obtida no planeta, 85% da madeira abatida, 79% dos carburantes comercializados e 72% do aço produzido em todo o mundo. Além disso, para satisfazer suas

aspirações de acumulação os países desenvolvidos são responsáveis por 45% das emissões totais de óxido de carbono, 40% das de óxido sulfúrico, 50% das de óxido de nitrogênio e 60% da emissão de resíduos industriais (Sachs, 1993, p. 15).

Às altas taxas de desemprego, às oscilações das moedas e à miséria nacional juntam-se sérios desastres ecológicos, pois a exportação do estilo de vida das sociedades industrializadas para os países em desenvolvimento implica a aceitação de graves desequilíbrios ambientais com o esgotamento dos recursos naturais que já são escassos. A pobreza e a degradação ambiental derivam do mesmo modelo de desenvolvimento, que tem como condição de existência desejar o indesejável e consumir sem jamais se satisfazer.

Conforme os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH<sup>3</sup>), publicado pelo Relatório de Desenvolvimento Humano de 2002 (referente ao ano 2000), os últimos anos da década de 70 do século XX foram os de maior crescimento para os países periféricos. Esse ritmo de crescimento, porém, vem diminuindo a partir da década de 90, notadamente no período de auge do processo de globalização, com o aumento da liberalização dos mercados nacionais. Amartya Sen, na importante obra *Desenvolvimento como liberdade* (2000), comprova estatisticamente que, apesar de em valores absolutos o IDH mundial ter crescido desde 1970, percebe-se que a diferença do IDH médio dos dez primeiros países colocados no *ranking* mundial de desenvolvimento humano aumentou em relação aos dez últimos países colocados. Enquanto em 1975 esta diferença do IDH era de 0,596, em 2000 passou a ser de 0,606 (RDH, 2002).

---

<sup>3</sup> O IDH é a síntese de indicadores de três dimensões básicas: saúde, educação e renda. O índice de saúde é medido pela expectativa de vida ao nascer, o de educação combina as taxas de matrícula bruta nos três níveis de ensino básico e a taxa de alfabetização da população com mais de 15 anos de idade. Por fim, o índice de renda é calculado com base no PIB *per capita* ajustado pela paridade do poder de compra e expresso em dólares.

Apesar de em números absolutos parecer relativamente pequena a diferença entre o IDH dos dez países mais ricos e o IDH dos dez mais pobres, é preciso ter em conta que estes números representam cifras nada insignificantes. Com base no mesmo Relatório de Desenvolvimento Humano/2002, extrai-se que a diferença de IDH evidencia uma profunda desigualdade social. Conforme dados apurados neste Relatório tem-se que: os 5% de pessoas mais ricas do mundo detêm rendimentos 114 vezes superiores aos 5% mais pobres; durante a década de 90 o número de pessoas em extrema pobreza na África Subsaariana (vivendo com menos de 30 dólares por mês) aumentou de 242 milhões para 300 milhões; todos os dias mais de 30 mil crianças, em todo o mundo, morrem de doenças evitáveis; das 113 milhões de crianças em idade escolar que não freqüentam a escola 97% são de países considerados “em desenvolvimento”; e, por fim, estatisticamente apurou-se que no ritmo atual se levaria mais de 130 anos para o mundo se ver livre da fome.

Todos esses dados expressam, segundo Kliksberg, um conjunto de círculos perversos de pobreza: “as dificuldades de nutrição inicial, a carência de estrutura familiar sólida, as limitações para se ter acesso e permanecer na escola, a colocação à margem do mercado de trabalho, tudo isso vai configurando uma situação de exclusão social que se auto-reproduz” (1998, p. 16), negando a cidadania enquanto necessária potencialização, por meio do desenvolvimento, das condições materiais de vida digna para toda uma população e reclamando a tomada de consciência política e de participação efetiva na luta para a construção de estruturas sociais mais justas.

Num quadro estrutural em que “o processo de acumulação tende a ampliar o fosso entre o centro em crescente homogeneização e uma constelação de economias periféricas, cujas disparidades continuam a acentuar-se” (Furtado, 1996, p. 79), torna-se premente a busca de superação mediante novos paradigmas de desenvolvimento, os quais situem o ser humano como centro do processo e que considerem o crescimento econômico como meio e não como fim, pois, nas palavras do autor,

a hipótese de extensão ao conjunto do sistema capitalista das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema.[...] O estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de deprecação do mundo físico, deste estilo de vida é de tal forma elevado que toda a tentativa de generalizá-lo levaria, inexoravelmente, ao colapso de uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana (1996, p. 88).

Em outros termos, a conservação do planeta Terra e da raça humana exige uma nova ética para o desenvolvimento, superando as limitações e revezes do modelo clássico para, enfim, revelar que o crescimento econômico só tem sentido se for encarado como pré-condição para o desenvolvimento humano.

## **Perspectivas de um modelo alternativo de desenvolvimento**

As fragilidades do discurso do desenvolvimento como modernização suscitaram na América Latina um contraponto teórico às análises evolucionistas, que ignoram as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais dos países situados na periferia do sistema. A teoria da dependência esteve aliada a um aporte estruturalista, que na América Latina foi representado pelos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – Cepal –, organismo das Nações Unidas de final da década de 40, os quais tinham o objetivo de diagnosticar os problemas que constituíam obstáculos ao desenvolvimento dessa região. Sem ferramentas mais adequadas para análise além das abordagens empíricas, os teóricos cepalinos passaram a questionar as duvidosas vantagens atribuídas ao sistema de trocas internacionais defendido pela Escola Econômica Clássica.

A idéia básica dos teóricos cepalinos residia na premissa de que tal sistema de trocas internacionais gerava intercâmbios desiguais, no sentido de que o comércio não beneficia a todos da mesma maneira. Com esse pressuposto questionaram os teóricos da Escola Clássica, para quem um modelo de trocas que obrigava os países a se especializarem na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas traria inúmeros benefícios para os países periféricos, tais como o desenvolvimento econômico e a difusão dos avanços tecnológicos.

Ao contrário do proposto pela Escola Clássica, os economistas da Cepal chegaram à conclusão de que, caso a economia da periferia fosse deixada ao sabor das livres forças de mercado, cada vez mais se aprofundaria no atoleiro do subdesenvolvimento, permanecendo agrária, pouco industrializada, voltada para o mercado externo e com problemas sociais crescentes, como o desemprego. A saída, então, estava em adotar

uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova uma reforma agrária, melhore a alocação de recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade. Trata-se de reverter o eixo básico da economia, até então voltada “para fora”, para o desenvolvimento voltado “para dentro”, ou seja, baseado na industrialização para o mercado interno (Mantega, 1987, p. 39).

As teses cepalinas evoluíram posteriormente para a Teoria da Dependência ao se constatar que a proposta de política desenvolvimentista de expansão “para fora”, pelo fato de reduzir a importação de alguns artigos manufaturados, gerava novas e ainda mais perigosas formas de dependência. A marcante ausência de tradição capitalista industrial nos países periféricos exigia, para viabilizar a referida política, que eles importassem equipamentos, produtos intermediários, tecnologias apenas dominadas por empresas multinacionais, tudo isso à custa de empréstimos financeiros obtidos no exterior.

Segundo a Teoria da Dependência, o fato de os países latino-americanos criarem condições favoráveis ao crescimento industrial por si só não altera as relações de dependência entre centro e periferia, chegando à conclusão de que é na esfera política de comprometimento social que está o ingrediente essencial a um processo de desenvolvimento.

A Teoria da Dependência levou os teóricos dependentistas, representados principalmente por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto em sua obra *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1975), à verificação da necessidade de transpor a análise meramente econômica do desenvolvimento, a fim de buscar uma interpretação mais global e completa desse processo. Para tanto, preliminarmente foi preciso um estudo das conexões entre o sistema econômico e a organização social e política das sociedades subdesenvolvidas e dos países centrais, pois a História demonstra que a situação de subdesenvolvimento nasce da relação entre centro e periferia no processo de expansão comercial e industrial, que determinou posições distintas na estrutura global do sistema capitalista.

A Teoria da Dependência demonstra, portanto, que para os países periféricos atingirem o desenvolvimento não basta repetir as fases evolutivas das economias dos países centrais, pois o processo capitalista em si mesmo supõe desde seu início duas relações distintas, mas necessárias: a primeira, entre os países centrais, travada sob um patamar de relativa igualdade de condições; a segunda, dos países centrais em relação aos países periféricos, que se dá na base da exploração dos primeiros sobre os segundos. Assim, apesar de muitas economias subdesenvolvidas, como é o caso das latino-americanas, terem se incorporado ao sistema capitalista, jamais deixaram de ser economias periféricas no que tange à subserviência em relação aos interesses das economias centrais.

Na prática, porém, apesar do alerta feito pelos teóricos da dependência sobre a necessidade de uma atenção prévia a respeito da existência de forças externas aos países periféricos que distorciam todo seu pro-

cesso de desenvolvimento, a corrente cepalina mais antiga e tradicional acabou prevalecendo, manifestando-se na vivência dos países latino-americanos mediante a implantação do projeto desenvolvimentista denominado *processo de industrialização por substituição de importações*, o qual, na forma e nas condições históricas em que foi posto em prática, representou a aceitação da coexistência no cenário mundial econômico de duas estruturas: uma desenvolvida e outra atrasada e dependente financeira, econômica e tecnologicamente em relação aos países centrais, muito embora nele estivesse presente a idéia da superação das distâncias dessas estruturas.

A partir das constatações feitas é possível afirmar que a aplicação da teoria da modernização, sustentada por uma estrutura capitalista altamente desenvolvida e promotora da difusão do projeto de expansão “para fora”, não proporcionou aos países periféricos, como o Brasil, o tão desejado desenvolvimento; ao contrário, tem sido responsável pela acentuada disparidade na distribuição das condições materiais de vida digna entre as minorias ricas e as maiorias pauperizadas. Tudo isso graças às dificuldades históricas que têm as economias subdesenvolvidas de atingirem os estágios produtivos alcançados pelos países capitalistas desenvolvidos.

O que se busca elucidar na presente análise é a constatação de três momentos caracterizadores da problematização do modelo clássico de desenvolvimento, marcado pelo esforço de uniformização do processo de industrialização imposto aos países periféricos: primeiramente, a tese cepalina da industrialização interna em substituição às importações, sem questionamento à lógica excludente do próprio sistema; o segundo momento vem caracterizado pela teoria da dependência, alertando para as profundas conexões de dependência entre os países centrais desenvolvidos e as condições econômicas e sociopolíticas dos países periféricos; como terceiro momento, a partir da constatação de que o subdesenvolvimento é produto do próprio desenvolvimento capitalista, prevalece a tese de que apenas fora do sistema capitalista reside a solução para os países periféricos.

Admitidas as insuficiências das concepções cepalinas e da teoria da dependência, caracterizadoras dos dois primeiros momentos analíticos, o terceiro momento, questionador do próprio processo de desenvolvimento capitalista visto como intrinsecamente excludente, resta igualmente problematizado com as dificuldades enfrentadas pelas experiências do “socialismo real”. Para os que apostavam no caminho socialista como alternativa ao modelo capitalista a crise e a própria derrocada das experiências reais feitas em nome do socialismo abriram um vácuo nas discussões sobre o desenvolvimento. Se a perspectiva socialista perdeu em boa parte seu poder utópico de alternativa ao capitalismo, o que, aliás, sinaliza para a crise de qualquer outro modelo global de desenvolvimento, em que direção avançar o debate em torno da construção de espaços públicos generalizáveis e inclusivos? O fato é que, mesmo no contexto de um processo de globalização ao mesmo tempo homogeneizador e gerador das mais variadas fragmentações de interesses, urge perseguir formas alternativas, sustentáveis e de caráter emancipatório para o desenvolvimento, as quais permitam a ampliação do espaço público democrático e potencializador da cidadania. Nessa direção vão as reflexões a seguir.

## **Espaço público e desenvolvimento: possibilidades e limites**

A elaboração de novos rumos para o desenvolvimento instiga repensar a questão da cidadania como referencial teórico-reflexivo fundamental, atuante dentro de um espaço de realização humana, isto é, o espaço público, no qual a reivindicação das utopias mediante um projeto emancipatório e democrático e a recuperação da esperança por meio da participação coletiva e ativa dos indivíduos na construção de novos caminhos a seguir desponta como paradoxal em relação à dura realidade contextual. A luta emancipatória para a construção de uma sociedade melhor reivindica espaços públicos de cidadania acessíveis a todos, em que o

homem seja capaz de produzir um novo horizonte para o desenvolvimento, ensejando “o surgimento de redes de solidariedade, de irradiação translocal em favor de uma ética de inclusão social capaz de alijar do meio social a lógica da descartabilidade do ser humano” (Corrêa, 2003, p. 50).

Nessas condições é preciso apontar algumas perspectivas de um modelo alternativo, o qual, com a atuação de forças sociais, a partir da realidade e das necessidades locais, conjugue os aspectos econômicos, sociais, políticos e ecológicos do desenvolvimento de maneira integrada, permitindo um crescimento com valorização humana e justiça social, ao contrário do padrão de desenvolvimento denominado por Richard Falk (1999) “globalização descendente”.<sup>4</sup>

As críticas e a oposição surgidas contra a globalização descendente tanto no plano local como no transnacional foram por ele denominadas “globalização ascendente”. O seu potencial normativo reside no fato de buscar “conceptualizar valores da conjuntura mundial amplamente partilhados: minimizar a violência, maximizar o bem-estar econômico, fomentar a justiça social e política e preservar a qualidade ambiental” (p. 222).

A problemática do desenvolvimento não pode, pois, ser reduzida às questões econômicas, por mais que sejam elas as responsáveis pelas poupanças nacionais. São condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento, uma vez que este, para ser completo e satisfatório a todos, deve promover igualmente os necessários benefícios sociais. Um desenvolvimento sem distribuição de renda e com danosas consequências sociais e ambientais, nos moldes do modelo clássico inspirado

---

<sup>4</sup> Globalização descendente significa para o autor o modo como, ideológica e funcionalmente “as forças transnacionais do mercado dominam a cena política, incluindo a cooptação significativa do poder do Estado. Este padrão de desenvolvimento é aqui identificado como ‘globalização descendente’, um conjunto de forças e de perspectivas legitimadoras situado, em vários aspectos, fora do alcance efectivo da autoridade territorial que alistou a maioria dos governos como parceiros tácitos” (p. 221-222). Ela vem, portanto, fundamentalmente marcada pela lógica do neoliberalismo.

nas utopias liberais, mostra-se cada vez menos aceitável em termos de futuro da raça humana, no qual até mesmo as orientações políticas e econômicas alternativas parecem irrelevantes (p. 218).

Partindo da premissa de que os atuais rumos da sociedade globalitária não são irreversíveis, um novo paradigma para o desenvolvimento pode, contraditoriamente, encontrar solução no próprio processo de globalização, pois a interação multilateral entre os povos tem despertado, principalmente na sociedade civil, um sentimento generalizado de indagação e perplexidade diante das mazelas sociais e ambientais do imperialismo do capital financeiro, desencadeando, por todas as partes do globo, movimentos populares de pressão para o incremento de melhores condições de vida para as populações. Estes movimentos, dentre outras iniciativas populares, em contraposição à globalização descendente, podem ser incluídos sob a denominação “globalização ascendente”, porque advindos do conhecimento e da ação política de inúmeras iniciativas civis (p. 218-220).

Diante disso, a nova fase da globalização é marcada pela ascensão das lutas que envolvem classes populares vítimas do sistema e é caracterizada por um grande pluralismo de desafios e expectativas<sup>5</sup>. Para Falk (p. 230), apesar de a oposição ou resistência à forma tradicional de globalização ainda estar em formação, já é possível visualizar como suas características fundamentais a heterogeneidade e a diversidade, contrastando com a homogeneidade e a unidade da globalização descendente que, em termos de desenvolvimento, trilha o caminho único da modernização e da “*best practice*”.

---

<sup>5</sup> Os críticos e especialistas que analisam os avanços e retrocessos destas lutas sociais destacam que o grande pluralismo – característica sem dúvida positiva destes movimentos –, se não for bem compreendido e empregado, pode conduzir à pulverização das frentes de luta sem que com isso seja capaz de elaborar um novo método de reflexão, de pensamento e ação para construir e promover uma outra história para a sociedade, para a economia e para o meio ambiente. Nesse sentido Houtart e Polet afirmam que é necessário então definir elementos de uma alternativa capaz de unificar as lutas em âmbito nacional, estabelecendo democraticamente as escolhas políticas do Estado que estarão em jogo, bem como definir os componentes “de um internacionalismo popular capaz de dar às lutas sociais uma dimensão mundial e, por isso, contribuir positivamente na elaboração de uma outra mundialização do que a proposta pelo liberalismo” (2002, p. 93-94).

As lutas nas quais se engajam os expropriados do mundo estão na origem da definição de uma nova antropologia da vida mundial no século XXI (Houtart; Polet, 2002, p. 97) e na maioria das vezes formulam respostas orientadas para questões concretas, envolvendo campanhas locais em projetos específicos, como os temas defendidos pelos “novos movimentos sociais”<sup>6</sup> feministas, ecológicos, democráticos, em busca de trabalho, promovidos por jovens e estudantes.

Segundo Boaventura de Sousa Santos, a política é encarada pelos novos movimentos sociais como uma atividade vital que transcende os espaços institucionais do Estado, valorizando a efetiva participação de todos os cidadãos na construção de um conviver melhor para todos. Por isso esses movimentos desejam a formulação de uma cultura de base política auto-suficiente, ou seja, não atrelada a interesses impostos do alto por empresas multinacionais, fundos financeiros mundiais, partidos políticos de vanguarda, grupos sociais hegemônicos ou de tradição cultural (1999, p. 223).

Rejeitando as relações elitistas e hierarquizadas e valorizando a solidariedade e a expressividade pessoal, tais movimentos populares assumem um projeto de desenvolvimento ascendente e horizontal, capaz de gerar respostas contra a globalização descendente. Os novos movimentos sociais são sujeitos coletivos transformadores, advindos de estratos populares e imbuídos de valores comuns, objetivando a realização de um projeto de valorização das necessidades humanas (Santos, 2000,

---

<sup>6</sup> Por “novos movimentos sociais” podem ser entendidas todas as ações coletivas que a partir das décadas de 70 e 80 do século passado ampliaram as lutas sociais para além das fronteiras marxistas, ou seja, os “antigos” movimentos sociais, se assim é possível denominá-los, limitam-se ao âmbito das lutas de classe contra a exploração da força de trabalho na sociedade pós-industrial. Já os “novos movimentos sociais” refletem uma crise do paradigma político, econômico, social e cultural que invadiu a sociedade ocidental a partir da metade do século XX. Assim, os atuais movimentos sociais mostram-se altamente plurais. São movimentos em busca de trabalho, de reconhecimento de identidades pessoais, de luta por questões de preservação ambiental, de reivindicações por espaços de formação cultural e de discussão política, etc. Para melhor compreensão do tema, veja-se a Dissertação de Mestrado *Desobediência civil e novos movimentos sociais: a construção democrática do Direito*, de Douglas Lucas, defendida em Florianópolis-UFSC, em 2001.

p. 125). A ação coletiva que insere estes sujeitos na cena política cria novos espaços públicos de discussão entre os cidadãos e destes em relação ao Estado. Surge, então, uma esfera pública, na qual, especialmente nos Estados periféricos, mediante um agir democrático e participativo, é possível lutar por melhores condições materiais de vida.

Importa destacar que o êxito de tais movimentos sociais na constituição de uma sociedade mais justa e solidária depende de sua articulação não só em plano local, mas também nos âmbitos nacional e global, pois as grandes transformações ocorridas a partir da década de 90 no cenário mundial produziram alterações econômicas que afetaram as relações sociais em escala planetária, exigindo o despertar de ações coletivas entendidas como “manifestações simbólicas massivas”, as quais, enquanto respostas à exclusão social, são verdadeiros centros de resistência ao modelo neoliberal.

A influência da diversidade, do pluralismo e da valorização das diferenças, enquanto características essenciais aos novos movimentos sociais, quando combinadas à problematização da estrutura do atual processo de desenvolvimento, sinalizam a seguinte conclusão: não há mais espaço para fórmulas mágicas ou soluções únicas como a da opção pela liberalização da economia ou por outro processo de desenvolvimento que leve a uma meta previamente traçada. Importa valorizar um projeto de desenvolvimento promovido de “baixo para cima” e de “dentro para fora”, no qual as discussões abertas, transparentes e democráticas façam emergir valores e comprometimentos comuns, reforçando a luta contra os limites do individualismo, do consumismo e do produtivismo.

Um bom exemplo de espaço público em âmbito planetário é desde 1999 esboçado nos encontros promovidos pelo Fórum Social Mundial – FSM –, os quais não se limitam a discussões econômicas, mas se estendem ao conjunto das relações humanas, com a finalidade de promover uma nova sociedade em escala mundial. O Fórum é orientado para o destaque de alternativas, projetos, experiências e possibilidades de

transformação da ordem econômica dominante. Fundamentalmente propõe-se questionar de forma aberta, democrática e popular os valores que devem presidir a construção de um outro mundo, de um viver em conjunto mundial. Nas palavras de Houtart e Polet, o Fórum significa

a revalorização do Homem enquanto fim da organização econômica e política do mundo, uma revitalização de suas virtualidades políticas e culturais, sufocadas pela tendência do atual sistema em reduzi-lo ao estado de *Homo oeconomicus*. [...] Em outros termos, é [...] o fim do pensamento único e, mais positivamente, início de uma nova era, a do debate construtivo entre os representantes do conjunto da sociedade civil mundial, para o estabelecimento de uma ordem mundial sustentável e respeitadora dos direitos econômicos, sociais e culturais das maiorias (2002, p. 167).

A sigla FSM pode ser traduzida, portanto, como refundação de um espaço real de reflexão e de articulação em termos mundiais, objetivando recolocar o homem no centro da economia e do processo de desenvolvimento. No dizer de Stiglitz (2002, p. 292), o processo de desenvolvimento engloba não apenas a promoção dos recursos de capital, mas também uma transformação na sociedade, refletida pela mudança na mentalidade que a guia.

Nesse contexto situa-se a importância da reelaboração do conceito e do objetivo assumido pela economia no processo de desenvolvimento. De fato, como afirma Maréchal, a Economia até pouco tempo atrás interrogava-se “muito pouco sobre o seu próprio estatuto, sobre a sua autonomia enquanto disciplina, sobre os seus critérios de cientificidade ou sobre as condições de sua emergência enquanto ciência” (2000, p.101-102), e uma ciência que não é pensada deixa ela própria de pensar. Reduzida ao mercado e recusando perceber que é na esfera humana que está situada a razão de ser de sua atividade e existência, a Economia confundiu o racional (a racionalidade formal) e o razoável (definido em função dos fins), fazendo prevalecer a sintaxe sobre a semântica, tomando decisões destruidoras de seres humanos (p. 114).

Um modelo de desenvolvimento alternativo pressupõe, dessa forma, o prévio reconhecimento do homem como centro convergente de todo o sistema econômico, político e social. Só uma nova racionalidade, que coloque a atividade econômica ao serviço de todos os homens, salvaguardando os recursos naturais necessários à própria existência humana, permitirá aos cidadãos conduzirem seu próprio destino mediante a ação política e associativa.

Para o autor, lançadas as bases de uma economia humanista, o conceito de desenvolvimento destaca-se da noção de crescimento econômico. De fato, depois de se ter acreditado que a busca pelo enriquecimento gerava mais benefícios do que danos e que o crescimento era dotado de virtudes como a autocicatrização das feridas que causava, descobriram-se seus efeitos sociais e ambientais destruidores. Na mesma medida constatou-se que o aumento real de indicadores de dimensão como produto interno bruto ou líquido não acarreta mudanças mentais ou sociais em uma população. O que faz diferença no processo de desenvolvimento são as mudanças estruturais por ele promovidas, que se traduzem em melhoramentos não só do nível, mas também das condições de vida das populações.

Vão nessa mesma linha as reflexões de Amartya Sen (2000), ao focar o desenvolvimento como liberdade. Para o autor, ao mesmo tempo em que se vive em um mundo de opulência sem precedentes, com regime democrático e participativo posto como modelo preeminente de organização política, com prevalência retórica dos conceitos de direitos humanos e de liberdade política, vive-se igualmente em um mundo de privações e opressão extraordinárias (pobreza, fome coletiva e crônica, violação de liberdades, discriminação das mulheres como agentes, ameaças ao meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social).

Ao defender a expansão da liberdade como o principal fim e o principal meio do desenvolvimento, para ele “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (p. 10), procurando por isso demonstrar em sua obra que

[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. O enfoque nas liberdades humanas contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como as que identificam desenvolvimento com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), aumento de rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O crescimento do PNB ou das rendas individuais obviamente pode ser muito importante como um *meio* de expandir as liberdades desfrutadas pelos membros da sociedade. Mas as liberdades dependem também de outros determinantes, como as disposições sociais e econômicas (por exemplo, os serviços de educação e saúde) e os direitos civis (por exemplo, a liberdade de participar de discussões e averiguações públicas) (p. 17).

Destaque-se, por fim, que não se trata de propor novos modelos de desenvolvimento como alternativa aos processos concretamente existentes, mas de diretrizes ético-políticas voltadas para a realização da dignidade humana a partir da dimensão econômica do desenvolvimento. É isso que leva a confrontar analiticamente a questão do espaço público e do desenvolvimento, em outros termos, a questão do desenvolvimento com cidadania.

## Conclusão

Do exposto pode-se concluir que uma nova forma de desenvolvimento tem como premissas: a análise prévia das particularidades históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas de cada localidade, bem como a formulação de padrões específicos e sustentáveis de desenvolvimento, com destaque para planejamentos locais e comunitários que envolvam a ação direta dos agentes sociais. Enfim, um projeto de ação local com repercussão global, no qual desenvolver-se não significa seguir um rumo previamente traçado no caminho social, exige a construção de condições próprias, singulares para cada contexto social.

Nesse sentido a valorização da ação humana é fundamental ao processo de desenvolvimento. Os homens, e não os elementos estruturais econômicos, são os verdadeiros responsáveis pelo desenvolvimento. Ademais, reconhecer que os homens são os atores principais do desenvolvimento implica, segundo Kliksberg 2001, p. 107), reconhecer um destacado espaço à cultura no processo de desenvolvimento, pois políticas que não valorizam o homem e a cultura apresentam profundas limitações.

Num mundo de crescentes incertezas e perplexidades quanto a modelos prontos não há mais lugar para respostas introduzidas de cima para baixo. Hoje as respostas precisam ser buscadas nas experiências de vida local, no espaço público, no debate e na argumentação entre todos aqueles que, como cidadãos iguais, membros de uma mesma comunidade, vivem juntos as insatisfações de sua localidade e aspiram por melhores condições de vida.

O espaço público deve ser compreendido como local de promoção da ação política em prol da dignidade humana, repassando aos sujeitos sociais a responsabilidade pelo desenvolvimento de sua própria história, libertando-se das práticas abusivas promovidas por ideologias dominantes e pela força da expressão econômica tão presente no mundo contemporâneo. É por essa razão que o novo paradigma do desenvolvimento só pode ter lugar na esfera do público, identificada com a transparência e a participação ilimitada, dentro de um espaço no qual o homem vê e ouve seu semelhante em condição de igualdade.

Por fim, como conclusão mais relevante, cabe destacar que a esfera do econômico não se situa no âmbito do privado, como afirmam as teses liberais, reafirmadas contemporaneamente pelo neoliberalismo. A questão econômica integra o espaço público, no qual se efetivam as realizações humanas, como condição indispensável para a plenificação da cidadania. A sustentabilidade dos processos de desenvolvimento não pode divorciar-se dos ideais da cidadania, sinalizadores políticos da condição humana, hoje na iminência de ser jogada à barbárie pelos que apregoam o paraíso do mercado.

## Referências

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

CORRÊA, Darcísio. A cidadania e a construção dos espaços públicos. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Ijuí: Ed. Unijuí, 2003, n. 2, jul./dez. 2003.

FALCON, Francisco; MOURA, Gerson. *A formação do mundo contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

FALK, Richard. *Globalização predatória: uma crítica*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GUIMARÃES, Roberto P. *Desenvolvimento sustentável: da retórica a formulação de políticas públicas*, 1998.

HOUTART, François; POLET, François. *O outro Davos: mundialização de resistências e lutas*. Trad. de Mariclara Oliveira. São Paulo: Cortez, 2002.

IANNI, Octávio. *Sociologia da sociologia Latino-americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

KLIKSBERG, Bernardo. *Repensando o Estado para o desenvolvimento social: superando dogmas e convencionismos*. Tradução de Joaquim Osório Pires da Silva. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2001.

LÊNIN, V. I. *O imperialismo, fase superior do capitalismo*. 3. ed. São Paulo: Alfa Omega, 1986. Vol. 1.

LUCAS, Douglas Cesar. *Desobediência civil e novos movimentos sociais: a construção democrática do Direito*. Florianópolis: UFSC, 2001. (Dissertação de Mestrado).

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. 3. ed. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1987.

MARÉCHALL, Jean-Paul. *Humanizar a Economia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO 2002. Disponível em: <<http://undp.org.br>>. Acesso em: 27 maio. 2003.

RIVERO, Oswaldo de. *O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI*. Tradução de Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico*. Tradução de Octavio Alves Velho. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

SACHS, Ignacy. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Tradução de Magda Lopes, 1993.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Crítica da Razão Indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SELLA, Adriano. *Globalização neoliberal e exclusão social: alternativas...? são possíveis!* São Paulo: Paulus, 2002.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Karine Souza. Os excluídos da globalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de (Coord.). *Relações internacionais & globalização: grandes desafios*. 2. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. Tradução de Bazán Tecnologia e Linguística. São Paulo: Ed. Futura, 2002.